

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais [Working class loses power with centralization of capital]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Fachin, Patricia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-12 22:59:32
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/160661

não está. Sua economia está mais vibrante, potente? Está, sem dúvida. O Estado brasileiro está forte? Está. Então, temos que fazer esse balanço. Os resultados dependem muito dos valores de quem realiza esse balanço. Eu gostaria de ver uma sociedade mais organizada, instituída, mais potente, com partidos fortes, representativos, com sindicatos autônomos, com movimentos sociais desvinculados do Estado, com um processo de discussão amplo, aberto às raízes da vida social. A minha opção seria essa. Mas o mundo gira do jeito dele.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições deste ano, o atual modelo econômico pode mudar? Luiz Werneck Vianna - Dilma e Serra têm perfis muito parecidos. Vejo dificuldades para a preservação desse modelo, mas algo dele vai subsistir. Tome, por exemplo, a questão da legislação social e trabalhista, onde há projetos que se antagonizam na sociedade. Todos esses conflitos latentes muito poderosos vêm sendo administrados no sentido de serem resolvidos no interior do governo. A questão toda é que quando isso não for possível, quando esses conflitos tomarem as ruas, quando cada lado procurar se impor na sociedade pela sua capacidade de pressão e intervenção, não haverá o Lula para administrá-los. Na mesma direção está a questão da reforma tributária, a questão agrária e todas as outras.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas pelo sociólogo Luiz Werneck Vianna.

- *"Só há um político no Brasil: o presidente da República"*. Entrevista publicada em 24-8-2008 e disponível no link <http://migre.me/pqQx>;
- *Fascismo: moralismo faz a política ficar de fora da discussão*. Entrevista publicada na edição *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*. Edição número 265, de 21-7-2008 e disponível no link <http://migre.me/pqSk>
- *Da fábrica para a selva. "A candidatura Marina é uma mutação na política brasileira"*. Entrevista publicada em 20-08-2009 e disponível no link <http://bit.ly/fyEKE>
- *"Hoje, no Brasil, só uma pessoa faz política: Lula"*. Entrevista publicada em 24-05-2009 e disponível em <http://bit.ly/9LBMQt>

Classe trabalhadora perde força com a centralização de capitais

De acordo com o sociólogo Francisco de Oliveira, a reorganização do capitalismo brasileiro gera centralização de capitais e beneficia apenas grandes grupos econômicos

POR PATRICIA FACHIN

“A justificativa é de que é preciso tornar as empresas competitivas internacionalmente”, mas a centralização de capitais “significa sempre um menor poder da classe trabalhadora. Portanto, isso desbalanceia novamente para o lado do capital o equilíbrio de forças na sociedade”. A opinião é do sociólogo Francisco de Oliveira e foi expressa na entrevista que segue, concedida, por telefone, à IHU On-Line.

Segundo ele, a centralização do capital, processo que está se originando com a reorganização do capital brasileiro, é uma tendência mundial e reflete diretamente na atuação do movimento de trabalhadores e na política. Tal processo, assegura, “aumenta muito o poder de grupos de vários setores de mineração, petroquímica, construção civil, telefonia. Esse processo está se constituindo em torno de grupos como Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa”. Ele menciona ainda que estas são organizações de difíceis fiscalização e controle, “por isso atacam impunemente o meio ambiente, e nem o governo tem força para conter-lhes os exageros”.

Experiente em analisar o cenário social brasileiro, Francisco de Oliveira ressalta que está se configurando, a partir da reorganização do capitalismo brasileiro, algo jamais visto. “O Brasil está se encaminhando para um modelo muito estranho, crítico, para o qual a experiência internacional é fraca”. E reitera: “Estamos formando uma sociedade muito desigual, com um vazio no meio (...), estão se formando setores muito ricos e um largo setor muito pobre, que está tendo acesso a consumo, Casas Bahia, telefone celular. O modelo é inédito, mas não sabemos no que vai dar”.

Francisco de Oliveira formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está sendo reorganizado? Que aspectos demonstram isso?

Francisco de Oliveira - Está passando por uma forte reorganização. Ele está passando por um processo que Marx chamava de centralização dos capitais, um conceito que quer dizer

que o mesmo grupo econômico controla o maior número de capitais. Isso se reflete, na prática, nesse processo de fusões entre empresas. Essa é uma característica dos capitalismos muito desenvolvidos, e o Brasil está entrando nesse modelo.

IHU On-Line - Qual é o papel das estatais e dos fundos de pensão nesse processo?

Francisco de Oliveira - Muito forte. O BNDES, que é um banco estatal, está presente em todas essas fusões e centralizações de capitais. Os fundos de pensão são os principais promotores dos tentáculos desses processos. Veja que para fundir a Perdigão com a Sadia, o BNDES entrou para garantir a fusão. A fusão da AmBev já tinha ocorrido antes, de modo que não foi no governo Lula. Todos os novos processos de reforço do capital têm sido fortemente patrocinados por fundos públicos, incluindo aí os fundos de pensão.

IHU On-Line - Como avalia a postura do BNDES nessa iniciativa? Quais as implicações desses financiamentos para a economia e para a sociedade brasileira?

Francisco de Oliveira - A justificativa é que é preciso tornar as empresas competitivas internacionalmente. A economia brasileira cresceu muito do ponto de vista da projeção internacional e as empresas brasileiras são realmente nanicas. Para se meter em briga de cachorro grande não adianta ser luluzinha, tem de ser buldogue.

Em geral, a centralização de capitais, que ocorre em economias muito desenvolvidas, significa sempre um menor poder da classe trabalhadora. Portanto, isso desbalanceia novamente para o lado do capital o equilíbrio de forças na sociedade. Não o vejo com bons olhos, principalmente pela minha orientação socialista, mas esse é um processo que ocorre em todo o sistema capitalista.

Essa é uma tendência mundial. Todas as empresas internacionais que estão no país são produto de fortíssima centralização de capitais em seus respectivos países. Então, estamos seguindo uma tendência, com a diferença de que o Brasil e o governo brasileiro resolveram apostar nisso como sendo um elemento positivo para a presença das empresas brasileiras no comércio internacional.

IHU On-Line - O senhor propõe que o governo radicalize suas políticas

de investimentos, criando cinco Embraers por ano, em diversos setores, como uma maneira de defender a maior participação do Estado na economia. De que forma está percebendo a atuação do Estado na condução da política econômica?

Francisco de Oliveira - Para o sistema capitalista, o Estado está correto. O paradoxo é que, ou o Estado se arma de uma musculatura poderosa ou não se mete, porque a briga em jogo não é para nanicos. O Brasil quer desempenhar um papel importante no cenário internacional: quer apoiar o Irã, Cuba, desestimular agressões. Sem musculatura, isso não se faz. Quer dizer, se

“Todos perdem, menos os grupos que fazem essas operações de centralização dos capitais. Mesmo o governo perde porque passa a enfrentar-se com empresas que são gigantescas”

grita e fica por isso mesmo. Sem poder de retaliação não dá em nada. Lamentavelmente, para nós socialistas, pelo menos para mim, é uma tendência mundial, e o Brasil está fazendo a lição de casa.

IHU On-Line - Quais os prós e contras do Estado enquanto financiador do capital privado? Esse processo beneficia quem?

Francisco de Oliveira - Beneficia os grupos que são proprietários das empresas e círculos de empresas em torno delas. Depois da fusão da Sadia com a Perdigão, o que sobrou? Quem vai se meter a besta no ramo de carnes e frangos? Então, esse processo beneficia diretamente essas empresas.

Aumenta o poder delas na competição interna e, possivelmente, externa, se bem que na competição externa ainda falta muito. É o benefício direto, e isso significou, sempre, no sistema capitalista, uma queda do poder real da força de trabalho, isto é, a classe trabalhadora passa a se enfrentar com coalizões de interesses do capital, que são amplíssimas e têm a capacidade de retalhar em qualquer setor. Veja os grupos que estão metidos em petroquímicas, em telefonia, em construção pesada.

O movimento de trabalhadores, cuja bandeira era a dos tempos de Marx, ou seja, trabalhadores unidos, está fragilizado. No sistema capitalista, a união que se opera é a das empresas, e não dos trabalhadores. Isso socialmente não é bom, nem politicamente. Os reflexos políticos logo aparecerão. Na disputa presidencial de 1989, tinha pelo menos quatro candidatos que eram respeitáveis, provaram que não tinham forças nas urnas, mas havia um velho Ulisses Guimarães, Mario Covas, Fernando Collor, o Lula e até o Paulo Maluff. Agora, quem são os candidatos? São dois. Isso mostra que essa concentração e centralização de poder econômico acaba se refletindo na política.

IHU On-Line - E como atuam os movimentos sociais diante dessa reorganização?

Francisco de Oliveira - Eles se enfraquecem. Havia movimentos sociais para atuar em processos específicos de trabalho. Esses movimentos rapidamente se enfraquecem porque passam a enfrentar-se com um adversário cujas proporções estão fora do alcance das organizações dos trabalhadores. O movimento social em geral perde com essa centralização de capitais. O ganho político é nulo, e o social é negativo.

IHU On-Line - A centralização de capitais vai na contramão da crise ecológica? Que papel o PAC desempenha nesse novo processo?

Francisco de Oliveira - Provavelmente, porque aumenta muito o poder de grupos e capitais de vários setores de mi-

neração, petroquímica, construção civil, telefonia. Esse processo está se constituindo em torno de grupos como Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa. São grupos poderosíssimos com capacidade de desempregar em vários setores se houver resistência de trabalhadores. Além do mais, são organizações de difíceis fiscalização e controle, por isso atacam impunemente o meio ambiente, e nem o governo tem força para conter-lhes os exageros. Todos perdem, menos os grupos que fazem essas operações de centralização dos capitais. Mesmo o governo perde porque passa a enfrentar-se com empresas que são gigantes. Nós já temos o Banco do Brasil e a Petrobras, que são estatais, mas nem o Estado pode se meter com elas. Elas são tão gigantes, mexem com tantos interesses, que ninguém pode se meter a fiscalizá-las.

O PAC só será reforçado, e a escala das empresas aumentará. A maior centralização de capitais e a formação de grandes grupos econômicos muitos fortes reforçam a presença dessas empresas no PAC e vão dar ao programa maiores condições de realizações. O Lula está se revelando um mestre no jogo de cartas.

IHU On-Line - O setor financeiro privado também tem esse poder na centralização de capitais?

Francisco de Oliveira - A atuação do setor financeiro privado é secundária. Esse setor vai aproveitar porque se trata de um movimento que vai ampliar a escala das empresas. Mas o setor financeiro privado não tem recursos para bancar essa centralização. Quem termina bancando é o setor público: o Estado, através de seus bancos, o Banco do Brasil e o BNDES, e através de incentivos fiscais, de isenção fiscal. A hegemonia é do setor financeiro estatal. É uma política deliberada, e o BNDES é o grande agente dessa centralização.

IHU On-Line - Em que consistiria uma reforma do sistema financeiro estatal na atual conjuntura?

“Nós já temos o Banco do Brasil e a Petrobras, que são estatais, mas nem o Estado pode se meter com elas. Elas são tão gigantes, mexem com tantos interesses, que ninguém pode se meter a fiscalizá-las”

Francisco de Oliveira - É muito difícil dizer em poucas palavras o que consistiria uma reforma do sistema financeiro estatal. Seria desnecessário desmontar simultaneamente os monopólios públicos e privados, porque, se desmontar só os monopólios públicos, ficam os privados reforçados. Se desmontam o Banco do Brasil, se fortalecem Itaú/Unibanco, Santander/Real, Bradesco. Então, uma reforma do sistema financeiro teria que ser mais ampla para incluir o sistema privado quanto o público. Mas em que precisamente é difícil dizer.

IHU On-Line - O senhor disse recentemente em uma entrevista ao *Brasil de Fato* que dizer que estatização é programa de esquerda é não ter entendido nada do capitalismo contemporâneo. O caracterizaria um programa de esquerda hoje?

Francisco de Oliveira - Um programa de esquerda hoje é o de sempre. A divisa da esquerda na famosa Revolução Francesa: o ponto da esquerda é a igualdade. Essa continua sendo a pedra angular de qualquer política de esquerda. Concretamente, no Brasil, significa reduzir e até eliminar onde for possível a desigualdade, que é, sobretudo, de base econômica. Nós estamos indo por caminhos no sentido de anular a desigualdade étnica, racial. É uma iniciativa louvável, mas não resolve o problema porque a desigualdade é fundamentalmente de natureza econômica. E é isso que precisamos ataca-

car. Não há programas suficientemente no Brasil para isso. O Bolsa Família é o único programa que existe de redução das desigualdades e é pálido frente ao dinheiro que o governo gasta pagando o serviço da dívida interna. Então, o programa continua sendo o que a Revolução Francesa anunciou: atacar por todos os lados o tema da igualdade.

IHU On-Line - Com a crescente centralização do capital, o senhor ainda tem esperança?

Francisco de Oliveira - (Risos). Como eu sou daltônico, não vejo verde; só vejo vermelho.

IHU On-Line - Que Brasil está se configurando a partir dessa reorganização do capitalismo brasileiro?

Francisco de Oliveira - Está se configurando uma coisa muito estranha. Não é algo que já vimos. Há algum tempo, pensava-se que o Brasil caminhava para uma sociedade do tipo norte-americana, com uma grande classe média. O Brasil está se encaminhando para um modelo muito estranho, crítico, para o qual a experiência internacional é fraca. Estamos com uma base muito ampla de pobres, que constituem hoje a base social do fenômeno chamado lulismo e, por fim, temos uma classe constituída pelo processo de centralização e concentração de capitais, com empresas formidáveis, que o Brasil nunca conheceu. Estamos formando uma sociedade muito desigual, com um vazio no meio porque o crescimento da classe média que a imprensa anuncia é falso. Isso é crescimento de classe do ponto de vista de estratificação de consumidores, não é classe média do ponto de vista da sociologia. Estão se formando setores muito ricos e um largo setor muito pobre, que está tendo acesso a consumo, Casas Bahia, telefone celular. O modelo é inédito, mas não sabemos no que vai dar.

IHU On-Line - Liberação de crédito nem sempre significa desenvolvimento social?

Francisco de Oliveira - Para o capitalismo, significa, sim. Capitalismo é crédito. Ele pode piorar o âmbito social porque as famílias passam a viver

num ciclo vicioso de endividamento. Mas, do ponto de vista econômico, não há do que se queixar.

IHU On-Line - Dependendo do resultado das eleições, podemos ter uma mudança na condução do Estado?

Francisco de Oliveira - Não. Haverá, certamente, formas mais personalizadas de condução dos negócios do Estado, alguma ou outra prioridade, que deve ser atribuída à preferência de um dos dois candidatos principais. Mas mudança de rota num sentido forte e mudanças do fundamento da política econômica de moeda, crédito, câmbio, isso não vai haver. Talvez a dona Dilma, como é mulher, coloque um lacinho de fita na cabeça do PIB; e o Serra, como é mais carrancudo e mais feio, coloca uma gravata borboleta, que é o símbolo de mau gosto. Mas, mais do que isso, não vai haver nada.

IHU On-Line - A candidatura de Marina representa hoje o que a candidatura de Lula representou há oito anos, no sentido de ser uma esperança para o país?

Francisco de Oliveira - Não. De jeito nenhum. Infelizmente, Marina Silva, que mostrou ser uma senadora muito positiva, uma novidade no senado brasileiro, aderiu ao ecocapitalismo e não tem muita coisa a prometer. Ela convidou para vice-presidente o presidente da Natura, Guilherme Leal. Isso é ecocapitalismo, ou seja, faz de conta que preserva a natureza, faz de conta que é verde. Quer dizer, quando ela sai candidata e escolhe para vice o presidente de uma empresa que explora os recursos da Amazônia, que é tida como exploradora de recursos indígenas, de trabalho infantil, aí a perspectiva é ruim.

LEIA MAIS...

>> Francisco de Oliveira já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

* *O pecado do PT: deixar de ser reformista*, publicada na 123ª edição, de 16-11-2004, disponível em <http://bit.ly/d404xX>;

* *"A política tornou-se irrelevante"*, publicada nos Cadernos IHU em formação, número 9, de 2006, intitulado *Política Econômica. É Possível mudá-la?*, disponível em <http://bit.ly/97IKQQ>

Estado brasileiro é ativo e criativo

Na opinião do economista e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Marcio Pochmann, o Brasil está diante de um modelo que recupera, a partir do Estado, a ação econômica. Esse processo, reitera, "não está deslocado, pelo menos até o momento, do acompanhamento de recursos ampliados para os raios sociais"

POR PATRICIA FACHIN

Para o economista Marcio Pochmann, o Brasil está diante da terceira tentativa de reorganização do capitalismo. Essa fase é marcada, segundo ele, "por uma atuação mais ativa e criativa do Estado", que cria um ciclo de expansão da economia e pode ser observada a partir da constituição de grandes grupos econômicos mistos, formados por empresas estatais e privadas.

Na entrevista a seguir, concedida, com exclusividade, por telefone, para a IHU On-Line, o economista diz que a posição do Estado está relacionada a um fator que surgiu com o predomínio da globalização e a desregulamentação do Estado ao longo dos anos no cenário financeiro: a constituição de grandes corporações transnacionais. Nesse circuito de hipermonopolização do capital, afirma, "os países que não tiverem grandes grupos econômicos e não forem capazes de fazer parte desses 500 grandes grupos mundiais, de certa maneira, estarão de fora, alijados da competição de tal forma que passariam a ter um papel passivo e subordinado ao circuito de decisões". E justifica: "É crescente a presença do Estado em qualquer setor econômico com o objetivo de levar a possibilidade de fazer parte desse seleto grupo de corporações transnacionais, que, cada vez mais, são mistas diante de um espaço tão crescente de recursos públicos". Pochmann mencionou ainda que estamos vivendo uma "fase em que não são mais os países que têm empresas, mas empresas que têm países diante da dimensão das corporações com um faturamento, em grande parte das vezes, superior ao PIB dos países nacionais". E conclui: "Não há outra alternativa, no meu modo de ver, que não seja a construção desses grupos".

Marcio Pochmann é doutor em Economia, professor do Instituto de Economia da Unicamp e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O capitalismo brasileiro está sendo reorganizado?

Marcio Pochmann - Nós tivemos um desenvolvimento capitalista a partir da revolução de 30, que completou um período até a crise da dívida externa. Entre a crise de 1929 e a da dívida externa, de 1981 a 1983, tive-

mos um desenvolvimento capitalista com uma forte atuação do Estado no Brasil, o que permitiu ao país passar para a condição de oitava economia do mundo, ao final dos anos 70. A crise da dívida externa e as medidas que o Brasil tomou para enfrentar aquele período fizeram com que a